

Jornalismo Esportivo: Análise da Campanha Deixa Ela Trabalhar¹

Laura RODRIGUES²

Ariane PEREIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro

Resumo

Este estudo tem como tema a presença feminina no jornalismo esportivo, além da discussão de gênero e da representação social do papel da mulher jornalista, em específico a esportiva, levando em conta a campanha “*Deixa Ela Trabalhar*”, que mobilizou a discussão e se inseriu como uma forma de expressão e resistência das profissionais da cobertura esportiva. A pesquisa parte da hipótese de que, embora as jornalistas esportivas já se destaquem, a repórter ainda é exposta ao assédio, mas que existe por parte delas –as repórteres- a resistência.

Palavras-chave: Jornalismo; jornalismo esportivo; mulher; discussões de gênero; resistência.

Introdução

Ser mulher é enfrentar preconceitos oriundos de pré-conceitos desde a infância. Segundo a “divisão do mundo”, proposta pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012), existe um fracionamento biológico que opera, principalmente, em relação a divisão do trabalho. Isso implica na dedução da existência de um dominador e uma variável de subordinação no fato do homem ter uma força muscular superior, enquanto as mulheres

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante do curso de Jornalismo da Unicentro. Membro do Grupo de Pesquisa Conversas Latina em Comunicação. Email: rodrigueslauram@gmail.com

³ Orientadora da pesquisa. Jornalista, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de Jornalismo da Unicentro e do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Vicelíder do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação. Integrante da Rede TeleJOR (Rede Brasileira de Pesquisadores em Telejornalismo). Email: ariane_carla@uol.com.br

têm a anatomia propícia à maternidade. Assim, as mulheres ainda são julgadas como inferiores a partir de um pensamento que veio sendo construído ao longo da história.

Na contramão, há décadas, mulheres promovem lutas pela igualdade de direitos. As batalhas também foram – e são – pela equidade no mercado de trabalho, pelo direito a alfabetização e, como consequência, a possibilidade de frequentar uma universidade.

As discussões sobre o papel das mulheres na sociedade foram inseridas de maneira lenta e gradual, colocando em pauta as discussões de gênero e o domínio masculino na formação das relações sociais. Segundo Scott (1995), esses debates são embalados pelas teorias sociais e feministas. Há também afirmações por parte de historiadores que tratam gênero como algo atrelado à procura da legitimidade, como os estudos femininos nos anos 1980. Gênero, portanto, seria o “elemento das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, e uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p.11). Ou seja, um elemento que molda as relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas (ou construídas) entre os sexos.

Apesar das muitas conquistas ao longo das últimas décadas, a mulher ainda tem que lutar todos os dias por alguns espaços, buscando equidade. Este é o caso do esporte e, mais especificamente, da profissão de jornalista esportiva.

O jornalismo esportivo tem um pouco mais de 100 anos, sendo o impresso, consequentemente, o precursor na introdução dessa modalidade. Existe um consenso entre diversos autores como Unzelte (2009), Coelho (2003) e Cardoso (2017) que, no começo, o jornalismo esportivo era voltado a ensinar a prática esportiva, isso muda com os Jogos Olímpicos da Modernidade (1896), criado pelo francês Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin, em Atenas, na Grécia. Assim, a visão das pessoas perante o esporte se modificou, justamente porque os jornalistas passaram a escrever sobre o esporte.

Um dos primeiros registros desse tipo de cobertura, foi na França, no jornal *Le Sport* (1854), que publicou crônicas sobre natação, boxe, pesca, entre outros. No Brasil, o jornalismo esportivo chegou na década de 1930, com uma cobertura considerada modesta. O primeiro diário dedicado exclusivamente voltado para o esporte nacional foi o *Jornal dos Sports* que surgiu em 1931 no Rio de Janeiro, outra pioneira nesse tipo de cobertura foi a *Gazeta Esportiva*, que começou a circular em 1928 como complemento semanal do jornal *Gazeta*, em São Paulo. Buarque de Hollanda e Melo *apud* Morelli destacam a “rusga” entre as pioneiras, que disputaram durante muito tempo os melhores

cronistas e a forma como veiculavam as notícias. Os primeiros cronistas e jornalistas esportivos consagrados no país foram Nelson Rodrigues, Mário Filho e Thomaz Mazzoni que criaram grandes rótulos utilizados até hoje. Segundo Coelho (2003), a dramaticidade utilizada pelos pioneiros gerava uma idolatria em volta dos esportistas, que eram vistos como semideuses.

Entre esse período e a estreia das primeiras mulheres na cobertura esportiva tem se um grande intervalo de tempo. Uma delas foi Regiani Ritter que estreou, em 1980, na TV Gazeta como apresentadora de variedades e que, alguns anos depois, assumiu a cobertura esportiva nas folgas dos jornalistas desse setor, tornando-se ainda produtora e comentarista esportiva. “Quando ela começou, certamente havia muito mais preconceito do que hoje, tempo em que o espaço existe para ser conquistado”, afirma Paulo Vinícius Coelho (2003, p. 35).

O ambiente do jornalismo esportivo ainda não é convidativo para as mulheres porque é dominado por homens. Desde que foram criadas as primeiras redações exclusivas para o jornalismo esportivo, é um território a ser conquistado por elas que, quando chegam a essa área, ainda são obrigadas a provar conhecimento específico, engajamento com o esporte, além de competência como jornalistas.

Atualmente, as redações já possuem mais equidade de gênero. Embora Coelho (2003) afirme que a mulher, ao se tornar profissional na cobertura esportiva, ainda é encaminhada para a cobertura de editoriais de esportes não tão consagradas. Isso se deve, na maior parte, ao fato de que a mulher ainda é recebida com desconfiança no meio esportivo, tal como em outras profissões ditas como exclusivas do gênero masculino.

Uma das recentes manifestações de mulheres que atuam na área esportiva é um reflexo desse cenário. A campanha *Deixa Ela Trabalhar* surgiu no início de 2018 como um movimento de jornalistas esportivas que relataram, através de *hashtag's* e vídeos nas redes sociais, os casos de assédio e os abusos sofridos enquanto trabalhavam em estádios brasileiros. A campanha denunciou a ocorrência de episódios de assédio durante entrevistas, dentro de clubes e por companheiros de redação – ou seja, dentro dos seus respectivos locais de trabalho.

Pela dificuldade em encontrar dados, não é possível precisar qual a proporção entre homens e mulheres⁴ jornalistas que atuam nas editorias de esportes no Brasil. Mas, segundo Coelho (2003, p.34), no início dos anos 2000 existiam apenas 10% de jornalistas mulheres nas redações esportivas do país. O objetivo desta pesquisa é, assim, compreender e analisar o preconceito e o assédio com jornalistas esportivas mulheres através da campanha *Deixa ela trabalhar*. Isso será possível a partir da análise do vídeo da campanha e dos twitts feitos pelas 52 jornalistas que fizeram parte do movimento.

Gênero como aspecto histórico e conceitual

O conceito de gênero vem sendo disseminado e, conseqüentemente, modificado através das décadas. Segundo Piscitelli (2002), a conceituação e a propagação do termo se deram rapidamente a partir da década de 1980, com uma vinculação entre ele, tópicos de identidade e as pautas feministas. De forma geral, um dos possíveis modos de compreender o que é gênero é partir da aplicação do termo para diferenciar características femininas e masculinas, em diferentes cenários como o social, o político, o cultural, o educacional e o econômico.

Historicamente, segundo Pelegrini (2012), os estudos do campo gênero se relacionam, principalmente, a construção da identidade feminina e do ser mulher. Características que, para o autor, explicariam as tentativas de desqualificação da área baseadas no pressuposto de que não existem motivos que justifiquem uma compreensão histórica baseada no papel da mulher. Afinal, os estudos de gênero tratam das relações sociais que implicam na diferenciação de homens e mulheres através dos séculos. Dessa forma, são as pautas femininas e feministas que corroboraram para o desenvolvimento do conceito e das teorias de gênero a partir das décadas de 1920 e 1930.

Com a emergência das teorias de gênero, são colocados em pauta e rompidos aspectos de desigualdade como o direito ao voto, à educação e à propriedade, promovendo a ideia de igualdade a partir do tornar evidente que a subordinação das mulheres ao chamado universo masculino não é justa, nem tão pouco natural. Assim, essas lutas produzem, a partir do final da década de 1960, discussões e pesquisas aprofundadas das questões de gênero. Como exemplo podem ser citados os estudos da historiadora norte americana Joan Scott. Para ela, gênero deve ser compreendido como uma categoria de análise que possibilita compreender a construção social da diferença entre os sexos.

⁴ A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) não têm números atualizados sobre a quantidade de profissionais de cada sexo que estão cadastrados na entidade.

As teorias de gênero, segundo Scott (1995), afirmam e incluem a história da mulher, assegurando esta mulher como sujeito histórico válido. “O gênero é um elemento constitutivo de relações baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p.11). Portanto, as mudanças das relações sociais representam também alterações nas estruturas de poder, já que essas são fundadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Assim, como uma simbologia, a diferenciação entre os sexos ou gêneros, dependendo da perspectiva adotada, limitaria as possibilidades da mulher seja no campo religioso, educativo, científico, político ou jurídico. Scott entende, portanto, que gênero é uma identidade subjetiva, uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Se a identidade de gênero é única e universalmente baseada no medo da castração, a pertinência da interrogação histórica é negada. Ademais, os homens e as mulheres reais não preenchem sempre os termos das prescrições da nossa sociedade ou das nossas categorias de análise. (SCOTT, 1995, p. 12)

Em termos sociais, os estudos de gênero se confundem com a pauta das mulheres, já que, de acordo com Piscitelli (2002), estes se encontram a partir do pensamento feminista.

O conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre ‘mulher’ e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados a utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. (PISCITELLI, 2002, p.8)

Isso fica claro quando diversas correntes de pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina pelas instituições patriarcais no contexto da dominação masculina e, concomitantemente, questionam a naturalização desse pensamento. Segundo Pinsky (2009), é a partir da década de 1970, quando o movimento feminista adota o conceito de gênero, os estudos sobre mulheres assumem lugar de protagonismo.

A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam

na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. (PINSKY, 2009, p.160)

Deste modo, os movimentos questionam a categorização da subordinação e defendem que todo esse aparato de poder pode ser desconstruído a partir de novos entendimentos do que é ser mulher, o que está por traz da opressão, do patriarcado e de como são formadas as identidades. Portanto, é válido considerar o conceito de gênero baseado na análise histórica que tende a entender a relações do passado e suas modificações para chegarmos as influências e permanências na conjuntura atual. Afinal, se levada em conta a perspectiva causa-origem chega-se a subordinação entre homens e mulheres como motivo da atual condição feminina.

Essas duas perspectivas (e suas variantes, como, por exemplo, as teorias da “dominação dual”) não avançam no sentido de explicar historicamente a diversidade das formas de relações entre os sexos e as representações distintas do masculino e do feminino existentes em vários contextos e culturas. (PINSKY, 2009, p.163)

Gênero como categoria, portanto, ajudaria a entender e a pensar a questão, fugindo do reducionismo, considerando sempre as relações sociais e as variáveis como raça, classe e etnia, o que, segundo Scott (1995), colocaria o conceito de gênero como significado de relações – seja de poder ou sociais –, não sendo único, mas um ponto primeiro onde as relações de poder são constituídas e articuladas. Ou seja, evidenciando gênero como estrutura completa e complexa de organização e percepção da vida social.

Relações de trabalho e o fenômeno assédio

Para entender a campanha é necessário entender também os velhos e novos aspectos de trabalho que rodeiam principalmente o exercício do jornalismo. O trabalho através dos séculos recorre a diversas mudanças, mas a partir dos anos 1970, em meio a ocorrência do período conhecido como Pós-Fordismo, o modelo passa por modificações, que são reproduzidas até os dias atuais. Segundo Pinto (2007), o aumento da capacidade produtiva, da especialização e da diversificação da produção industrial, seguiu-se o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação.

As relações na comunicação e no jornalismo sofreram consequências da visão pós-fordista, que colocou em prática a máxima da maior produtividade com gastos reduzidos, em especial com profissionais, dando espaço assim, para os ideais de flexibilização, terceirização, desqualificação e fragilização do empregado. Segundo Gonsales e Kutzke (2018), esse modelo precarizado permanece estruturante, gerando a naturalização do acúmulo de funções e do enxugamento das redações. Segundo a pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), de 2012⁵, as mulheres jornalistas 1. ganhavam, na média, menos que os homens; 2. eram maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos; 3. e minoria em todas as faixas superior a cinco salários mínimos. Com dados mais atuais, porém complementares, a pesquisa “Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades”, realizada em 2015 por Jacques Mick, na era da digitalização, as condições de trabalho, apesar da geração de oportunidades, foram negativamente impactadas, uma vez que os jornalistas passaram a ser obrigados a fazer horas extras e a assumir novas funções para atender às demandas, tanto da digitalização, quanto da redução de custos.

Essas condições de trabalho, de acordo com Cristiane Oliveira Reimberg, são propícias para o assédio moral dentro das redações jornalísticas. A autora estuda o prazer e o sofrimento no trabalho e, para isso, entrevistou 21 jornalistas mulheres de diferentes gerações, que estão dentro das redações. Sua pesquisa, intitulada “Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral”, mostra que o assédio moral dentro do ambiente de trabalho engloba – para além da própria precarização do trabalho, por si só uma forma de assédio – o desgaste físico e mental, a humilhação e constrangimento da profissional.

#Deixa ela trabalhar: a rede social como ferramenta de resistência

As redes sociais têm como um dos seus braços a possibilidade de acender discussões, expor opiniões e construir modelos de interação. As hashtags (#) têm sido utilizadas como uma forma de possibilitar as discussões sobre certo assunto de forma mais organizada. Assim, ao inserir uma hashtag, os usuários de uma determinada rede social, como o Twitter, também facilitam a localização desses posts, permitindo, dessa maneira,

⁵ Realizada em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

sua categorização. Além de possibilitar essa interação entre os usuários da rede social, as hashtags também pode funcionar como um método de coleta de dados para a realização de pesquisas sobre as próprias redes sociais, de modo abrangente, ou sobre temáticas específicas que têm repercussão nela, como é o caso da campanha *#deixaelatrabalhar*, que deu corpo às denúncias de assédio de repórteres mulheres no mundo do jornalismo esportivo.

A campanha foi lançada em 25 de março de 2018. Motivadas pela campanha e organizadas através das redes sociais, 52 mulheres jornalistas (que cobrem esporte ou são assessoras de comunicação de times e empresas ligados ao esporte) lançaram nas redes sociais o manifesto *#deixa ela trabalhar*. A primeira ação da campanha foi a divulgação de um vídeo de um minuto, que incentiva a denúncia do assédio, como estratégia para que as mulheres pudessem desenvolver suas atividades profissionais com tranquilidade, num ambiente de respeito. Os casos de assédio, então, passaram a ser relatados pelas jornalistas através de suas contas no Twitter, sempre utilizando a hashtag. São esses relatos de machismo, assédio sexual e moral que compõem, dessa forma, o corpus dessa pesquisa.

A hashtag *#deixaelatrabalhar* surgiu após algumas jornalistas esportivas passarem por situações constrangedoras e de violência no exercício da profissão. O ápice desencadeador da iniciativa foi a situação vivenciada por duas repórteres que sofreram, em uma mesma semana, abusos enquanto realizam a cobertura esportiva em estádios de futebol. O primeiro caso ocorreu em 11 de março. Na ocasião, a jornalista Renata de Medeiros, da Rádio Gaúcha, cobria o clássico Internacional e Grêmio, no Estádio Beira Rio quando ouviu um sonoro “sai daqui, puta!”, exclamado por um torcedor colorado. Dois dias depois, em 13 de março, a repórter Bruna Dealtry, do canal de TV Esporte Interativo, relatava ao vivo os detalhes de Vasco e Universidad do Chile quando um homem tentou beijá-la na boca diante das câmeras e sem consentimento. Indignada, Bruna usou sua conta em uma rede social para falar sobre o assédio sofrido. Assim, em menos de duas semanas o assunto ganhou as redações do país e 52 jornalistas do Brasil inteiro se uniram e lançaram a campanha *#deixaelatrabalhar*.

A ação pedia o fim da violência de gênero e das atitudes machistas e abusivas no ambiente de trabalho das jornalistas mulheres esportivas. Para entender a campanha, é preciso entender também os apelos presentes na hashtag lançada, como o assédio moral e sexual nas redações, o machismo, a igualdade de gênero e o feminismo presente durante todo o manifesto. Para ilustrar, trazemos o estudo realizado, conjuntamente, pela Gênero

e Número, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pelo Google News Lab. Um dos dados da pesquisa aponta que 70% das jornalistas já foram alvos de comentários desconfortáveis enquanto trabalhavam. Outro evidencia que uma em cada 10 jornalistas recebeu propostas de favores sexuais em troca de benefícios profissionais.

O twitter oficial (@deixaelatrab), criado no dia 25 de março de 2018, quando a campanha foi lançada, contava, até o dia 21 de abril de 2019, com 5.722 seguidores e segue 52 duas mulheres, entre jornalistas e assessoras. A campanha compreende 262 postagens, entre *twetts e retwetts*, que, no processo de tessitura das análises, foram divididas em três categorias temáticas principais: assédio moral, machismo e violência contra as profissionais, discussões de gênero e feminismo.

Assédio moral e sexual na campanha *#deixa ela trabalhar*

A temática assédio moral e sexual é amplamente abordada durante a campanha. Os casos de assédio moral são relatados pelas profissionais que participam do vídeo de divulgação da campanha. Segundo Koshiyama (2005), o assédio moral no trabalho é a exposição dos trabalhadores e das trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

A legitimação da mulher no ambiente público (onde se inserem o mercado de trabalho, o jornalismo e o esporte) ocorre em paralelo com a as discussões sociais em volta do que é cidadania, assim os casos de assédio ainda são motivos para discussão e debate, já que ainda são necessárias campanhas para que se de voz as mulheres e suas demandas.

A legitimação de uma história das mulheres nas últimas décadas aconteceu paralelamente ao desenvolvimento de movimentos organizados em defesa dos direitos de cidadania como questão de gênero, classe, raça, na busca da cidadania plena. (KOSHIYAMA, 2005, p.2)

Os casos estopim para o lançamento da campanha exemplificam o assédio sofrido constantemente pelas profissionais, seja em dentro das redações ou durante a cobertura em estádios e nas ruas. A repórter do Esporte Interativo Bruna Dealtry, depois da tentativa de beijo na boca durante a cobertura de Vasco da Gama e Universidad de Chile, manifestou seu repúdio ao ato e deixou claro sua insuficiência para reagir perante este abuso sexual e moral:

Sempre me orgulhei por ter uma boa relação com todas as torcidas e por ser tratada com muito respeito. Mas ontem, senti na pele a sensação de impotência que muitas mulheres sentem nos estádios, metrô ou até mesmo andando pela rua. Um beijo na boca, sem minha permissão, enquanto eu exercia minha profissão...

O assédio sofrido por Bruna evidencia a manutenção, como vontade de verdade, do pensamento machista de que ao deixar o espaço privado – a casa – e ir para o público – o estádio e o mercado de trabalho –, a mulher não seria uma pessoa séria e, por isso, estaria à disposição, como uma feira. Para além disso, também exemplifica como os homens seguem achando, em pleno século XXI, que o corpo da mulher ainda é propriedade do sexo masculino e, dessa forma, pode ser usado como e onde ele quiser – nesse caso, ao vivo, diante da TV, sem consentimento e durante o exercício profissional.

Outro caso destacado pela campanha, via Twitter, traz a indagação: “até quando?” ao denunciar o assédio moral sofrido pela assessora do clube Vasco da Gama, Sarah Borborema. Durante o jogo entre Vasco e Fluminense, pelo Carioca Sub-20, a jornalista foi impedida de exercer a profissão devido aos insultos da torcida do Fluminense. Além disso, enquanto levava um atleta para dar entrevista, ela ouviu de um segurança que não deveria mais ir ao meio do campo, porque ele não poderia controlar os xingamentos da torcida. Para a reportagem do globoesporte.com⁶, Sarah relatou que

um torcedor do Fluminense, que seria facilmente identificado, berrou: 'sua gostosa, vou entrar em você como sua torcida entrou no gramado de São Januário'. Outros começaram a me chamar de piranha. No intervalo do jogo, tive que levar um atleta para dar entrevista, e não paravam de me xingar. Foi um coro. Por medida de segurança me pediram para não ir mais. Não pude fazer meu trabalho.

O episódio relatado por Sarah evidencia como a mulher é vista pelos homens como uma intrusa no ambiente. Além disso, também demonstra a reação dos homens ao perceberem a dominação masculina ameaçada, nesse caso, com a suposta invasão de um ambiente de machos. A denúncia também é um exemplo de como as situações constrangedoras vivenciadas pela mulher são vistas com naturalidade – como quando o

⁶ Assessora do Vasco é xingada e assediada em jogo do Sub20, disponível em: https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/assessora-do-vasco-e-xingada-e-assediada-em-jogo-dosub-20.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar

segurança pede para que ela não entre mais em campo, já que se voltasse a fazer isso novos casos certamente aconteceriam.

Essas situações, segundo Reimberg (2015), parecem ser usadas no jornalismo como uma forma de controle para limitar as ações do outro e o fazer obedecer, já que a humilhação é uma forma de controle o outro. Ou seja, ao presenciarem episódios de assédio, seja moral ou sexual, as jornalistas passariam a se autovigiar como modo de garantir que não serão as próximas a passar por tal constrangimento.

Machismo e violência contra as profissionais

As sociedades, desde sua constituição, desenvolveram formas de organização. Modelos que são transformados, deixados de lado, substituídos ou mantidos num determinado momento sócio histórico, a partir das condições de possibilidade dadas. No caso da relação entre homens e mulheres, a batalha é para a permanência dos valores dominantes do machismo, que pregam a mulher como menos capaz e, por isso, subjulgada ao homem. Segundo Koshiyama (2005), a mídia participa amplamente dessas constituições históricas e os aspectos correlatos à violência contra a mulher também são fato e, portanto, deveriam ser considerados pela mídia.

A denúncia e a exigência de punição para atos de violência contra mulheres têm sido um programa de trabalho para entidades históricas dos movimentos em nível internacional e nacional. No entanto, o problema permanece, e exige organização de sistemas permanentes para prevenir, impedir ou punir os transgressores. (KOSHIYAMA, 2005, p.3)

Para Bourdieu (2012), o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Essa ideia se aplica a todas as coisas do mundo, desde sua constituição. Por isso, essa ideia constrói a diferença entre os sexos biológicos, moldando a visão de mundo que está enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, tanto na divisão do trabalho quanto na realidade da ordem social.

O machismo e a violência contra a mulher são temas recorrentes durante as discussões encabeçadas por mulheres e, durante a campanha, esse foi dos temas mais recorrentes e discutidos pelas participantes. Um dos episódios mais marcantes de violência e do machismo direcionado às profissionais do jornalismo esportivo foi o vivido pela repórter

Renata de Medeiros, da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre. A jornalista foi xingada e agredida por um torcedor do Sport Club Internacional enquanto cobria o clássico entre Internacional e Grêmio, no Estádio Beira Rio. “Sai daqui, puta”, gritou o torcedor. Se não bastasse a agressão verbal, quando a repórter virou para filma-lo foi agredida também fisicamente. Renata, que participou do desenvolvimento da campanha *Deixa ela trabalhar*, relatou ao blog Dibradoras⁷ a cena como algo ameaçador e constrangedor.

Tinham, pelo menos, 100 ou 200 pessoas por perto assistindo aquilo acontecer, ninguém impediu o cara de descer todos aqueles degraus e vir gritar na minha direção, me agredir. Todo mundo ficou paralisado. A omissão também machuca. Eu me senti sozinha naquele momento.

Segundo Muñoz (2007), as mulheres são suscetíveis à palavra, o que faz da violência verbal uma forma de abuso na medida em que fere seus direitos que, pelo menos em tese, são iguais aos de qualquer homem. A prática, porém, para a autora, é carregada de violência contra a mulher.

Ocorre que determinados grupo ou coletivos de pessoas por suas condições sociais, culturais ou físicas, estão mais expostos a sofrer violações de seus direitos humanos, requerendo, desse modo, reconhecimento específico e proteção especial. Também é grande a brecha na tomada de decisões, já que ocupamos porcentagens mínimas nos assentos dos parlamentos do mundo e dos executivos nacionais. Como é sabido, a violência e a discriminação contra as mulheres são fenômenos endêmicos, sistemáticos e universais de violação dos direitos humanos. (MUÑOZ, 2007, p.57)

Discussões de gênero e feminismo

A cobertura esportiva é uma das editorias jornalísticas que mais atrai e cativa o público, principalmente porque o jornalismo esportivo é, em essência, voltado para o futebol esporte considerado paixão nacional. Porém, ao longo de muitos anos, o futebol foi considerado um esporte exclusivamente masculino, seja na prática, no entendimento das regras, no torcer ou, conseqüentemente, no reportar e no comentar. Assim, há uma

⁷ Entre antidepressivos e apoio: a árdua denúncia da repórter agredida no RS, disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/08/02/entre-antidepressivos-e-apoio-a-ardua-denuncia-dareporter-agredida-no-rs/>.

deslegitimação da mulher pelo meio que se estendem também para o exercício profissional do jornalismo de esportes. Por isso, segundo Coelho (2003), a mulher ao chegar nas redações recebe pautas relacionadas à esportes menos consagrados. Isso se deve, na maior parte, ao fato de que a mulher ainda é encarada com desconfiança pelo meio esportivo, assim como em outras profissões historicamente ditas masculinas. As discussões de gênero englobam, sem dúvida, os casos de assédio, machismo e violência já relatados até aqui. Porém, a elas – discussões de discriminação pelo gênero – devem ser acrescidos também os argumentos feministas. Afinal, também são formas de violência simbólica a não equiparação salarial entre jornalistas homens e mulheres e a discriminação motivada pelo ser mulher, como a maternidade definidora de não exercício exemplar do trabalho. As postagens da campanha *Deixa ela trabalhar*, então, também enunciam a defesa de políticas fomentadoras de equidade. As jornalistas que aderiram à campanha, desse modo, expandem sua atuação profissional, fazendo das redes sociais, assim como os meios de comunicação em que trabalham,

espaços de disputa de poder, verdadeira “arena” do poder simbólico e das lutas de grupos sociais. Se a mulher está efetivamente ausente do jornalismo esportivo, a luta torna-se desigual e a possibilidade de se alcançar a equidade de gênero muito mais problemática. (JOHN, 2014, p.499)

Observando as postagens feitas durante toda a campanha, conclui-se que o principal braço dela é a busca por igualdade, já que a maioria dos tuítes usam conceitos oriundos do feminismo na exigência da equidade. Em postagem datada de 29 de abril de 2018⁸, a página retuitou com a legenda “Lugar de mulher é onde ela quiser! #DeixaElaTrabalhar”, a repórter Renata de Medeiros. Em seu texto, ela abordou o manifesto de torcedoras do time gaúcho Internacional, que declaravam que “a mulherada já saiu da cozinha”.

Outro momento em que a campanha se manifestou pela igualdade de gênero foi no dia 8 de abril⁹, quando é comemorado o Dia Internacional da Mulher e, coincidentemente seriam realizados os jogos das finais dos campeonatos estaduais. “Bora

⁸ <https://twitter.com/deixaelatrab/status/990709480202612736>

⁹ <https://twitter.com/deixaelatrab/status/983042514205765633>

pra reunião de amigos, pra arquibancada, pro gramado, pra coletiva de imprensa, pra zona mista! Bora pra onde a gente quiser - com RESPEITO! #DeixaElaTrabalhar”.

Considerações Finais

A internet e as redes sociais alteraram as formas como nos comunicamos. O acesso à informação foi facilitado e os níveis de interação foram potencializados. Dessa forma, as campanhas de cunho social têm grandes possibilidades de viralizarem nesse ambiente digital, como aconteceu com a campanha *#deixaelatrabalhar*, analisada nesse trabalho de Iniciação Científica, em que o aspecto aglutinador das jornalistas esportivas foi o assédio, em suas múltiplas nuances. A partir da rede social Twitter, essas mulheres denunciaram situações ofensivas e desrespeitosas, mas comuns no dia a dia do seu exercício profissional. Como um tema que se estende a rotina de muitas mulheres, independente da área em que atuam, a campanha alcançou repercussão nacional e internacional, gerando um engajamento generalizado, principalmente no meio esportivo.

A utilização das redes sociais evidenciou que esse meio impulsiona questões feministas e de busca pela equidade de gênero entre um público diverso. John (2014) exemplifica essa possibilidade quando afirma que levar esses assuntos aos sites de redes sociais é aproveitar os espaços e as vantagens da internet.

Outra grande questão do aproveitamento dos sites de rede social pelo feminismo é a da conexão entre as vítimas. Quando ocorre uma cisão entre as vítimas há uma falsa sensação de que o problema é menor e mais pontual do que ele realmente o é. Outras mulheres que passam por situações semelhantes as relatadas se sentem representadas. (JOHN, 2014, p.508)

As relações de gênero seguem modelos históricos e culturais, estabelecidos ao longo do tempo para uma determinada sociedade, mas que não são fixos, natos ou inerentes a ela. Permitindo, assim, que sejam mudados a partir de lutas que colocam em jogo determinadas vontades de verdade. Na sociedade brasileira do tempo presente essa é uma batalha necessária e em andamento. Afinal, a resistência é necessária já que relações baseadas na equidade de gênero, seguindo Koshyama (2005), são fundamentais para o exercício da cidadania. Não é possível, assim, ser e se reconhecer como cidadão se as mulheres são violentadas diariamente, e uma das formas de violência reside,

justamente, na invisibilização e no silenciamento das mulheres e, conseqüentemente, dos casos de assédio.

Ainda é preciso, dessa forma, desconstruir a relação desigual entre homens e mulheres no jornalismo e nos meios sociais. Dessa maneira, a campanha *#deixaetrabalhar* aborda o ser mulher no exercício profissional do jornalismo, mostrando a importância de não se reforçar as estruturas e os estatutos de verdade baseados no machismo. A campanha *#deixaetrabalhar* é, portanto, um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul.- dez. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRUM, Adriana; CAPRARO, André Mendes. Mulheres no jornalismo esportivo: Uma “visão além do alcance”. *Porto Alegre: Movimento*, v. 21, n. 4., p. 959-971, out./dez. de 2015.

CAMARGO, Vera Regina Toledo; GONÇALVES, Michelli Cristina de Andrade. A memória da imprensa esportiva no Brasil: a história (re)contada através da literatura. *PortCom. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom*. Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Marcelo. Jornalismo esportivo: ensino, aprendizagem e conceitos. *Revista Alterjor*. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Vol. 01, Edição 15, Janeiro a Junho de 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/127459>

COELHO, Paulo Vinicius. *Jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2003.

JOHN, Valquiria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 11, N. 2, Julho a Dezembro de 2014.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *O assassinato da jornalista Sandra Gomide: violência de gênero em uma rotina de assédio moral no trabalho*. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – Departamento de Jornalismo e Editoração (ECA-USP), 2005.

GONSALES, Tatiane; KUTZKE, Letícia. Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo FIAM-FAAM/Anhembí Morumbi, São Paulo, Novembro de 2018.

MACHADO, Felipe Morelli. Resenha 'Esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil'. Projeto História (Online), v. 49, p. 1-9, 2014. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20479>

MARQUES DE MELO, José. Jornalismo Brasileiro. Editora Sulina, 2003.

MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo. Ponta Grossa, vol.2, n.1 p. 15-37, Jan/Jun, 2015.

MUÑOZ, Soledad García. Derechos humanos de las mujeres: marco legal de origen nacional e internacional. IN: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. Las palabras tienen sexo - Introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

PELEGRINI, Mauricio A. Foucault, Feminismo e Revolução. Anais do XXI Encontro Estadual de História, ANPUH-SP. Campinas, setembro de 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2009.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyodismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. Cultura e Gênero, 2001.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, setembro de 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. 2.ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

UNZELTE, Celso. Jornalismo esportivo: relatos de uma paixão. São Paulo: Saraiva, 2009.